

**Inquérito Civil n. 06.2020.00001557-8**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça Titular da Comarca de Rio do Oeste, neste ato representado pela Promotora de Justiça Renata de Souza Lima, doravante designada **COMPROMITENTE** e **NERI PEREIRA**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 02/03/1969, natural de Laurentino/SC, RG n. 2.917.560, CPF n. 907.136.809-20, filho de Leovegildo Manuel Pereira e Maria Pereira, residente na Rua Hermínio Avi, n. 80, bairro Vila Nova, município de Laurentino/SC, telefone (47) 99678-0026, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00001557-8, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Oeste o IC - Inquérito Civil n. 06.2020.00001557-8 tendo como objeto apurar a produção e comercialização do produto rúcula fora da conformidade legal, por conter ingrediente ativo de agrotóxico "Ditiocarbarmatos" e "Procimidona", ingredientes ativos não autorizado para a cultura, pelo agricultor Neri Pereira;

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 129, inciso III, da CRFB e art. 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 129, inciso IX da CRFB e arts. 81, inciso III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, inciso XXXII da CRFB impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) V – defesa do

*consumidor”;*

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, inciso I, do CDC);

**CONSIDERANDO** que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (art. 8º do CDC);

**CONSIDERANDO** que no fornecimento de produtos *in natura* será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente o seu produtor (art. 18, § 5º, do CDC);

**CONSIDERANDO** que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação, e os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam (art. 18, § 6º, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos proibidos e/ou não autorizados e/ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores;

**CONSIDERANDO** que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (art. 12, § 1º, inciso II, do CDC);

**CONSIDERANDO** a necessidade de monitoramento para avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos expostos ao consumo, visando à tutela do consumidor quanto à segurança, uma vez que o consumo de alimentos com resíduos proibidos, não autorizados ou em quantidade

superior ao limite máximo permitido é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 7º, incisos II e IX, da Lei Federal n. 8.137/90, dependendo do contexto fático, pode constituir crime contra as relações de consumo vender ou expor à venda mercadoria cuja composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou esteja de qualquer forma impróprio ao consumo;

**CONSIDERANDO** a existência do **Programa Alimento Sem Risco**, instituído pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e operacionalizado por meio de parceria estabelecida no Termo de Cooperação Técnica n. 342/2014, com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde e da Segurança Pública, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC), Empresa de Pesquisa Agropecuária (EPAGRI), Vigilância Sanitária Estadual (DIVS), Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e Superintendência Federal da Agricultura do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SFA/MAPA), cujo objetivo é estabelecer estratégias de atuação integradas para coibir o uso indevido de agrotóxicos, fortalecer a economia agrícola e garantir o direito básico à saúde dos agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado;

**CONSIDERANDO** o Termo de Coleta de Amostras n. 0120152019, o Relatório de Ensaio n. ENA-AGS 015E/19-01-Rev00; o Termo de Informação n. 05.2020.00006027-3, que demonstra que **NERI PEREIRA** fez uso de agrotóxicos não autorizados para o cultivo de rúcula;

### **RESOLVEM**

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC**, nos autos do Inquérito Civil 06.2020.00001557-8, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei Federal n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

## **I - DO OBJETIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo impor ao COMPROMISSÁRIO a observância à legislação em vigor no tocante à utilização de agrotóxico no cultivo de rúcula e em outras frutas, legumes, verduras e cereais que sejam produzidos/fornecidos/comercializados, bem como para que se comprometa a adotar medidas necessárias para que não haja a prática potencialmente nociva à saúde humana.

## **II - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fomentar, ante a vigência do princípio da boa-fé nas relações comerciais e consumeristas, a adoção de boas práticas agrícolas, como medida eficaz para prevenir riscos à saúde dos consumidores, dos trabalhadores e ao meio ambiente, em especial, a não utilizar agrotóxicos em desacordo com as normas legais;

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de usar somente agrotóxico registrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e cadastrado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina (CIDASC), desde que prescrito em receituário agrônômico específico para a cultura, emitido por profissional habilitado mediante visita deste à lavoura, de acordo com as orientações do rótulo e/ou bula do produto agrotóxico, observando-se, com exatidão, as técnicas de pulverização, a regulação dos equipamentos, as condições climáticas exigidas no momento da aplicação e o período de carência pós-aplicação, antes de realizar a comercialização do alimento por intermédio de terceiro ou diretamente ao consumidor.

**Parágrafo único.** Para a comprovação desta obrigação, o COMPROMISSÁRIO deverá guardar em seu poder, pelo prazo de 2 (dois) anos, as notas fiscais dos agrotóxicos adquiridos e uma via do receituário agrônômico

correspondente aos agrotóxicos, previsto no artigo 34, inciso IX, do Decreto 1.331/2017.

**CLÁUSULA QUARTA:** O COMPROMISSÁRIO se obriga a registrar toda a aplicação dos diferentes agrotóxicos em livro próprio para cada cultura – artigo 3º, da Portaria Conjunta SES/SAR n. 459 de 07/06/2016 –, que deve ser armazenado por até 3 (três) anos, de forma que cada área possua um histórico das aplicações, visando ao controle do número de aplicações e do período de carência para cada alimento produzido a ser apresentado para a CIDASC ou outro órgão fiscalizador, quando solicitado;

**Parágrafo único.** Para comprovar o cumprimento das obrigações impostas ao COMPROMISSÁRIO, a CIDASC ou outro órgão fiscalizador realizará vistoria *in loco* duas vezes ao ano, pelo período de 2 (dois) anos, a fim de fiscalizar o processo de cultivo, especialmente verificar sobre a correta utilização de agrotóxico no cultivo de rúcula e em outras frutas, legumes, verduras e cereais que sejam produzidos, fornecidos ou comercializados, conforme receituário agrônomo a ser apresentado pelo COMPROMISSÁRIO.

### III - MEDIDA COMPENSATÓRIA

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelos danos decorrentes da produção de alimentos com resíduos de agrotóxicos em desconformidade com os parâmetros legais, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de pagar, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, **mediante boleto bancário com vencimento em 13.05.2021**, a medida compensatória de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Parágrafo único.** A comprovação desta obrigação deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento por meio da apresentação de comprovante de quitação a esta Promotoria de Justiça.

#### **IV - DO DESCUMPRIMENTO**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sempre que constatada violação às obrigações assumidas.

**Parágrafo Primeiro.** A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

#### **V- COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA OITAVA:** O MINISTÉRIO PÚBLICO se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o COMPROMISSÁRIO no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

**Parágrafo Primeiro.** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Parágrafo Segundo.** A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

#### **VI - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA NONA:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura.

**CLAUSULA DÉCIMA:** As partes elegem o foro da Comarca de Rio do Oeste para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente

Termo de Compromisso, em (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, remetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Rio do Oeste, 13 de abril de 2021.

[assinado digitalmente]

RENATA DE SOUZA LIMA

Promotora de Justiça

Neri Pereira

Agricultor/Produtor

Testemunhas:

GREICE KELLY GAMBA

Assistente de Promotoria de Justiça

NATALIA CIPRIANI

Assistente de Promotoria de Justiça